

# Por uma mentalidade agrícola: o fazer-se professor rural pelos cursos de treinamento e aperfeiçoamento no estado de Sergipe - Brasil (1947-1951)



Ilka Miglio de Mesquita  
Rony Rei do Nascimento Silva

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender as iniciativas de formação da mentalidade agrícola, através de cursos de formação de professores rurais no estado de Sergipe, no arco temporal que compreende 1947 – 1951. Assim sendo, tomamos como fonte os relatos orais de duas professoras aposentadas. Chegamos até elas por intermédio do projeto de pesquisa *Memória oral da educação sergipana*. Para realizar as entrevistas, utilizamos a metodologia da História Oral, seguimos as experiências realizadas por Alberti (2012). Por fim, podemos considerar que as idéias e iniciativas para criação da mentalidade agrícola, sobretudo pela formação de professores nas escolas normais rurais, se esbarraram nas permanências e resistências que estiveram relacionadas à forma como os sujeitos escolares recepcionaram das proposições ditas oficialmente, uma vez que houve tensões entre as normas impositivas do Estado e a ação dos sujeitos, mediadas pelas condições de um e de outro dentro do processo de renovação escolar.

## Palavras-chave

formação e trabalho docente  
memória  
Sergipe

## For an agricultural mentality: to be a rural teacher by courses of training and improvement in Sergipe state - Brazil (1947-1951)

## Abstract

This study aims to understand the training initiatives of the agricultural mentality through rural teachers training courses in the state of Sergipe, in the temporal arc comprising 1947 - 1951. Therefore, we take as a source oral two teachers reports the retired. We got to them through them research project *Memória oral da educação sergipana*. To conduct the interviews, we use the methodology of Oral History, follow the experiments carried out by Alberti (2012). Finally, we consider that the ideas and initiatives for the creation of agricultural mentality, particularly for teacher training in rural normal schools, if encountered the continuities and resistance that were related

## Keywords

training and teaching work  
memory  
Sergipe

to how school subjects welcomed the propositions dictated officially since there were tensions between impositive standards of the state and the action of the subject, mediated by the conditions of one or the other within the school renewal process.

## Por una mentalidad agrícola: haerse profesor rural por los cursos de entrenamiento y perfeccionamiento en el estado de Sergipe - Brasil (1947-1951)

### Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo comprender las iniciativas de formación de la mentalidad agrícola, a través de cursos de formación de profesores rurales en el estado de Sergipe, en el espacio temporal que comprende 1947 – 1951. Siendo así, tomamos como fuente los relatos orales de dos profesoras jubiladas. Llegamos hasta ellas por intermedio del proyecto de investigación *Memória oral da educação sergipana*. Para realizar encuestas, utilizamos la metodología de la Historia Oral, seguimos las experiencias realizadas por Alberti (2012). Por fin, podemos considerar que las ideas e iniciativas para creación de la mentalidad agrícola, sobre todo por la formación de profesores en las escuelas normales rurales, se tropiezan en las permanencias y resistencias que estuvieron relacionadas a la manera como los sujetos escolares reciben las proposiciones dictadas oficialmente, una vez que hubo tensiones entre las normas impositivas del Estado y la acción de los sujetos, mediadas por las condiciones de un y de otro dentro del proceso de renovación escolar.

### Palabras clave

formación y trabajo docente  
memoria  
Sergipe

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo compreender as iniciativas de formação da mentalidade agrícola, através de cursos de formação de professores rurais no estado de Sergipe, no arco temporal que compreende 1947 – 1951. Tal investida de pesquisa descende da dissertação de mestrado intitulada *Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no estado de Sergipe*, apresentada em 2016 junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED-Unit).

Assim, a investigação proposta parte de projetos de pesquisa conjuntos, colaborações e intercâmbios liderados pela Prof.<sup>a</sup> Rosa Fátima de Souza, a saber: *História da escola primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)*; *História da escola primária rural no estado de São Paulo (1931 – 1968)*; circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do poder público e cultura escolar e *Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)*.

Assim sendo, tomamos como fonte os relatos orais de duas professoras aposentadas. Chegamos até elas por intermédio do projeto de pesquisa *Memória oral da educação sergipana*. Para realizar as entrevistas, utilizamos a metodologia da História Oral, seguimos as experiências realizadas por Alberti (2012). Também tomamos como fontes: Relatório do “Curso Rural”, a obra *Educação em Sergipe* de Nunes Mendonça, Mensagens de Governadores, entrevista com o técnico agrícola José Ribeiro Filho, publicações de Acrísio Cruz, fotografias, entre outros. Operamos no sentido de tencionar os elementos prescritivo-normativos de seus regulamentos, que reverberam aspectos da organização e funcionamento da escola primária tipicamente rural em Sergipe.

Partimos do pressuposto, que para haver mudança da mentalidade exigia-se a construção de um(a) novo(a) professor(a). Com isso, para a produção desta narrativa histórica operou-se com a categoria mentalidade agrícola, que consiste em:

... iniciativas de moldar a escola primária em conformidade com o meio para a proposição de uma escola de caráter especificamente rural, ou seja, com desígnios, infraestrutura, programas de ensino e professores especializados que pudessem criar nas crianças uma nova mentalidade agrícola, isto é, o apreço pela vida rural compreendendo a importância da atividade agrícola para o desenvolvimento econômico e social do estado de Sergipe. (Silva, 2016, p.183).

Aqui cotejaremos alguns discursos e narrativas sobre como deveria ser a formação de professores com uma cultura escolar específica para o meio rural sergipano, em especial, os cursos de treinamentos e aperfeiçoamento intensivos destinados a professores rurais. Para o delinear dessa narrativa histórica, perguntamos: quais iniciativas foram tomadas para a formação de professores, tendo em vista a transformação da mentalidade agrícola?

### “Uma sacolinha com as sementes”: com a palavra, as professoras

Foi a partir dos anos 30 do século XX que se intensificaram no Brasil iniciativas do governo federal para a formação de professores destinados ao meio rural. De acordo com Souza (2015), na esfera do governo federal, a partir de 1946, com respaldo nos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, criado em 1942, o Ministério da Educação e Cultura passou a implementar o plano nacional de expansão e aprimoramento da educação normal. Para o âmbito rural, o plano preconizava cursos de aperfeiçoamento para professores rurais e a edificação de escolas normais rurais nos vários estados do país. No âmbito regional, além dos acordos pactuados com a União, os estados implementaram políticas específicas para a formação e profissionalização de professores rurais. Alguns investiram na criação e expansão das escolas normais regionais rurais, enquanto em outras unidades federativas sobressaíram os cursos de especialização e programas de formação, como o curso normal de férias. Visando preencher lacunas do magistério nas escolas primárias nas zonas rurais, os governos estaduais buscaram adotar incentivos como a construção de moradias para residência dos professores e salários diferenciados. Além disso, instituíram programas de inovação educacional focando nos programas e métodos de ensino.

O estado de São Paulo despontou no plano nacional na formação de professores rurais. Sud Mennucci informou que o governo do Estado de São Paulo lançaria, em 1932, as diretrizes para uma reforma de sua estrutura educativa na zona rural. Nas palavras de Nery e Stanislavski (2011: 106): “... nesta reforma, um dos aspectos mais importantes era um novo tipo de professor que estivesse empenhado e decidido [sic] à trabalhar nas escolas rurais com satisfação”. Um dos itens do Decreto de 1932 dispõe: “... que, além da formação desses professores, urge iniciar a preparação de uma nova mentalidade escolar, francamente voltada para as lides agrícolas, despertando na criança o amor pelas cousas da terra” (Mennucci, 1934).

As idealizações e projetos de Sud Mennucci não se consolidaram tal qual foram planejados, pois, como sabemos, a criação de uma escola normal rural concretizou-se não em solo paulista, mas no sertão nordestino. De acordo com a pesquisa de Monarcha (2007), a primeira do gênero no país foi instalada no Ceará, a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte<sup>1</sup>, em 1934. Posteriormente outras foram criadas, em outros estados,

1. Com criação da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, em 1934, o Ceará se tornou o primeiro estado brasileiro a possuir uma instituição destinada à formação de professores ruralistas. A escola destinava-se a contribuir com o desenvolvimento do meio rural por meio da ação educativa do “homem do campo”. Como já foi anunciado, a proposta de uma escola de formação de professores para o meio rural estava consorciada com os ideais do que se passou chamar de ruralização do ensino. O plano de estudos da Escola Normal de Juazeiro do Norte, de acordo com o Decreto nº 1.218, de 1934, compunha-se de três cursos: o curso primário, com duração de cinco anos; o curso complementar (dois anos); e o curso normal (três anos). A proposta curricular era composta das seguintes disciplinas: Português (1º e 2º anos); Matemática (1º e 2º anos); Geografia (1º ano); Francês (1º e 2º anos); Música (1º e 2º anos); Educação Física (1º e 2º anos); História do Brasil (2º ano); Desenho (1º e 2º anos); Trabalhos Manuais (1º e 2º anos) e Práticas Agrícolas (1º e 2º anos). As disciplinas contemplavam uma formação teórica, sendo algumas sem qualquer contribuição para a formação do professor rural, no caso de Francês. O curso normal compreendia as seguintes disciplinas: Língua Vernácula (1º e 2º anos); Matemática (1º e 2º anos); Fisiografia Geral e Especial do Brasil (1º e 2º anos); Antropogeografia (1º e 2º anos); História do Brasil (1º ano); Ciências Físicas e Naturais (2º ano); Desenho e Trabalhos Manuais (1º, 2º e 3º anos); Música e Cultura Física (1º, 2º e 3º anos); Educação Sanitária (3º ano); Psicologia Educacional e Metodologia (3º ano); Agricultura e Indústrias Rurais (3º ano). A este respeito, ver Magalhães Junior e Farias (2007).

a saber: Pará, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Rio Grande do Sul. Vale salientar que os planos de organização foram submetidos à apreciação de Sud Mennucci.

A implantação do projeto de escolas normais no Brasil passou por diversas dificuldades, pois exigiu muito mais que a construção de prédios escolares. A falta de prévio conhecimento sobre as reais condições pedagógicas e materiais que pudessem favorecer o efetivo funcionamento dessas escolas não foi bem avaliada pelos gestores dos poderes públicos federal, estadual e municipal. A formação de professores para as escolas rurais foi oferecida pelos cursos normais regionais, cursos esses destinados a formar o professor na própria localidade a qual atuava, conforme estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Normal, datada de 1946. Atendendo ao princípio da descentralização, a organização de tais cursos ficou sob responsabilidade de cada Estado. Segundo Miguel (2007: 86): “... os cursos normais regionais procuravam, por meio de uma programação curricular bastante dessa, compensar os professores pela formação específica que até então não possuíam”.

A realidade educacional dos(as) professores(as) da zona rural reclamava intervenções que pudessem melhorar suas atuações, sendo assim, iniciativas governamentais foram pensadas para dar conta da formação do magistério primário rural. O baixo alcance das escolas normais rurais no estado, evidenciado pelo contingente de professores leigos, se constituiu um fator preocupante nos rumos da educação rural em Sergipe, embora não se pudesse negar a contribuição dos professores “não titulados”. Assim, cursos de treinamento e aperfeiçoamento surgiram a partir de iniciativas do governo federal em parceria com o governo local. No estado de Sergipe, uma das primeiras iniciativas foram os Cursos Intensivos de Educação Rural, como relata a mensagem do governador José Rollemberg Leite:

... para a formação de pessoal docente, instituímos um Curso intensivo de Educação Rural, com uma matrícula de cerca de 140 professoras, sob a direção de um técnico agrícola, desenvolvendo um programa bastante prático, que corresponde ao que foi planejado por aquele Departamento. De fato, maior despesa se tem a fazer. A aquisição de material didático espacial para aquele ramo de ensino não se fez sem o dispêndio de, pelo menos, dois mil cruzeiros por escola. (Sergipe, 1948: 13)

Na medida em que se expandia a escola rural, fazia-se necessário a formação de professores, tendo em vista os preceitos ruralistas. Deste modo, para além de escolas equipadas com uma materialidade específica, era preciso de professores preparados para desempenhar um papel frente às comunidades rurais. Segundo o governador: “... a medida que foi possível, deu-se organização típica rural de muitas escolas, para que foram aparelhadas de instrumental agrícola além de manter-se um trabalho intenso de preparo do professorado que se habilitou à tarefa docente rural.” (Sergipe, 1949: XIV). Entretanto, entendemos que o fazer-se professor no meio rural sergipano vai além da ideia de formar professores via Cursos Intensivos de Educação Rural. Segundo Paim (2005): “... para além de formar professoras, é pertinente pensar que existe um fazer-se professor, em que estes são sujeitos de suas ações e não estão à mercê de determinações externas.” (Paim, 2005: 21). Neste sentido, levamos em consideração um emaranhado de relações do fazer-se<sup>2</sup> professor, que se constituem quando os professores se relacionam com diferentes sujeitos do seu tempo e lugar. Nesta direção, os cursos tinham por objetivo familiarizar os professores com trabalho agrícola, uma vez que, de acordo com José Rollemberg Leite:

... as professoras rurais receberam orientação em cursos intensivos instituídos pelo Departamento de Educação. Nesses cursos se observaram programas organizados em função das realidades nas terras cultiváveis do nosso Estado. As aulas práticas foram ministradas no campo, em lugares do interior, sem o que não se conseguira

2. Tomamos emprestado do historiador inglês Edward Palmer Thompson a noção de fazer-se, por ele cunhada em sua obra *A formação da classe operária inglesa*, ao analisar a classe operária inglesa do século XVIII, levantou a tese de que a classe operária não nasceu pronta, foi se fazendo, construindo-se enquanto categoria histórica.

uma situação real de trabalho, em fase do que, cada mestra adquire, de pronto, as aptidões necessárias para dificuldades, na tarefa docente nova que estão enfrentando com entusiasmo. (Sergipe, 1951: 74)

Na década de 1940 e 1950 houve Cursos Intensivos de Educação Rural. No ano de 1950, foram matriculados 55 professores, sob a coordenação do técnico agrícola. O curso tinha duração de 60 dias, composto de aulas teóricas realizadas no Instituto de Educação Rui Barbosa e parte das aulas práticas na Escola Rural do povoado Sobrado (Cotinguiba), entre outras instituições. O curso foi dirigido pelo professor Exaupero Monteiro, Inspetor Geral do Ensino Normal e Primário, e pelo professor Acrísio Cruz. A Figura 1 mostra as professoras em aulas práticas de agricultura, com o auxílio do professor e técnico agrícola José Ribeiro Filho:

**Figura 1** – Professoras rurais com arado movido a tração animal em 1950



Fonte: ESTADO DE SERGIPE. *Relatório do Curso de formação de professores rurais (1950)*.

Os cursos deveriam ser espaços de aprendizagem pedagógica, de prática agrícola e de manejo de animais, bem como noções de saneamento necessárias ao interior do estado de Sergipe. A fotografia das professoras com arado e bois nos indica que o professor rural deveria possuir conhecimentos de domínio agrícola e pecuário para auxiliar a comunidade na qual fosse trabalhar ou estivesse inserido, tendo em vista a transformação da mentalidade da população. Conforme enunciou Weschenfelder (2007: 252): “[...] a educação rural da época foi compondo uma versão histórica da educação rural, pois foi gerando uma nova verdade sobre a escola, sobre os escolares e, sobretudo, sobre como ensinar esses sujeitos a se transformarem”. Neste sentido, o professor e técnico agrícola José Ribeiro Filho, além de acompanhar a implantação das escolas rurais, também



... orientava as professoras que já estavam preparadas, porque elas foram convocadas para fazer um curso rural, a fim de se tornarem aptas a reger essas escolas que além da parte pedagógica tinha também a parte técnica. Então nós fazíamos isso para não haver prejuízo escolar... nós fazíamos isso no período de férias, eram convocadas no período de férias. (Ribeiro filho apud Barreto, 2006: 185)

Por certo, não seria possível transformar a mentalidade da comunidade rural sem criar uma nova mentalidade docente, via cursos de formação. Sobre tal aspecto, ressaltou Werle, ao analisar a formação de professores no Rio Grande do Sul: "... era uma nova mentalidade de formação do professor que se instituía, com um projeto nitidamente voltado para instrumentalização do professor para atuar no mundo agrícola, intervindo com técnicas modernas de manejo dos animais e da terra." (Werle, 2007: 179). São esses conhecimentos vinculados à vida rural que diferenciam e identificam a especificidades dos cursos de formação para professores rurais de outros tipos de cursos de formação de professores da época.

Como fruto desses cursos, foram produzidos centenas de relatórios por solicitação do professor e técnico agrícola José Ribeiro Filho, o relatório<sup>3</sup> produzido pelo professor rural Israel Alves Silva, aqui é tomado enquanto fonte para esta pesquisa, pela importância dada pelos autores no sentido de compreensão do tempo histórico e da experiência vivida na formação de professores primários rurais. Segundo o relatório do "Curso Rural", produzido dia 13 agosto de 1948:

3. Na narrativa histórica aqui construída foram preservados os termos de época, para não recair em anacronismos léxicos-semânticos.

Na transcrição e apropriação do relatório teve-se o cuidado de manter a sua forma e ortografia original.

O relatório tem extensão de duas páginas, manuscrito com caneta azul em papel pautado. Sequencialmente dividido em parágrafos, com cabeçalho indicando nome da autora com data. O relatório original se encontra arquivado em pacotilha com numeração institucional. Tal documento foi devidamente transcrito em Microsoft Word 2010. Esta transcrição se encontra armazenada no acervo digital, que constituirá o "Centro de Memória da Educação Sergipana".

... na tarde do dia 13, saiu eu e algumas colegas, acompanhados do prof. Ribeiro Filho com a finalidade de darmos um passeio ao campo. [...] O que mais impressionou a nossa visita foram as galinhas, onde as galinhas põem. É de uma espécie admiradora. Disse-nos o professor que esses galinheiros são chamados são chamados ninhos automáticos ou alçapões destinados a prenderem as galinhas quando estas vão pôr. Também nos explicou que os peleiros devem ser abaulados; isto é, sem quinas.

Há também na instalação do galinheiro alguns bebedores, como também Ração balanceada ou comedores próprio para alimentação da galinha, de uma tal forma que ali não deixa cair fézes.

Dez minutos depois que visitamos esta sala, dirigimo-nos a sala de incubação. Nesta sala há uma criadeira para os pintos até a idade de 21 dias. mais ou menos. Há também uma espécie de comedores par êstes. Depois fomos olhar a chocadeira. Esta 200 a 500 avos. Na chocadeira faz o controle de temperatura para aquecer os ovos, como também o controle da humidade. Depois dá-se a eclosão que é o nascimento dos pintos com 21 dias.

Logo depois dirigimo-nos a outra sala onde encontramos outra raça de galinha – a raça ceglaus. Dizem eu esta raça produz cêrca de 300 ovos por ano. Por isso é raça própria para ovos.

Observei também, que cada um dessas galinhas traziam uma argola numerada em volta da perna. Mas explicou o prof. que isto servia para verificar qual delas põe maior ou menor quantidade de ovos por ano. Também nos explicou que em todo criatório de galinha deve haver um parque gramado, para a alimentação destas, e que todo galinheiro deve ter a frente voltada para o Leste. (Silva, 1948)

As impressões descritas pelo professor registraram a automatização no processo de criação e abate de frangos. Israel Alves Silva descreveu um conjunto de técnicas e métodos voltado para a higiene e a dieta das galinhas, o que indica a preocupação em tornar a avicultura moderna e extensiva no estado de Sergipe. As galinhas eram

sistematicamente separadas por raças e todo processo era monitorado por técnicos especializados até o abate. Assim, o conhecimento sobre o período de eclosão e incubação, bem como contabilidade de ovos e pintos é indicativo da introdução de saberes veterinários na produção. A figura 02 mostra as professoras no cultivo das aves na referida escola rural:

**Figura 02** – Professoras rurais em aula prática com animais em 1950



Fonte: ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Curso de formação de professores rurais (1950).

O cultivo sistemático das aves combinava técnica e métodos agrícolas com a vocação própria do meio rural sergipano. O que até então era cultivado de maneira empírica e rudimentar abriu espaço para o que era considerado moderno para a época. O cultivo de hortaliças, como tomate, cenoura, pimenta, pimentão, couve, coentro, melão, quiabo eram recorrentes e estava relacionado à vocação local do estado. Sobre esse aspecto o professor relatou:

... imediatamente fomos em direção a horta, a qual fica um pouco afastada dos apartamentos das galinhas. Vamos agora tomar apontamentos sobre as hortaliças, disse o professor, indicando-nos o lugar apropriado. Ao longe avistava-se um pequeno rio que passa junto a horta. Nesta havia várias espécies de hortaliças bem como: quiabo, couve, tomate, cenoura, melão, pimenta, pimentão, coentro, etc. Estamos nós a visitar esta horta, aproximou-se um bondoso, convidou-nos a olhar outro que ficava mais além. Este velho era quem cuidava das hortaliças. Nesta última foi que nos trouxe bastante admiração, em olhar a fertilidade do solo e a deposição das hortaliças. Que lindos tomates! Os pés achavam-se tão carregados que admiravam as futuras professoras de agricultura.

Em cada pé de tomate havia uns pedacinhos de pau. Estes paus são chamados tutores das plantas para suportar sua carga.

Havia várias espécies de tomates, dentre os quais se destacavam o – Rei Humberto.

Depois fomos olhar a sementeira, onde continha muitas espécies de sementes plantadas e já crescidas para fazer o transplante.

Depois de ter olhado tudo isso voltamos ao lugar onde a marinete já nos esperava. Dirigimo-nos a este veiculo quando nos afastamos um pouco do itinerário da nossa viagem para conhecer uma das Escolas Rurais, no lugar chamado “Sobrado”, a qual está sendo construída a pouco. Logo após voltamo-nos ao ônibus, onde fiz questão de sentar junto à janela para que pudesse apreciar melhor o caminho a percorrer.

Eis portanto o meu relatório. (Silva, 1948)

O relatório do professor Istael Alves Silva é revelador das aspirações de políticos, intelectuais e educadores em formar no professorado sergipano uma mentalidade agrícola. No estado de Sergipe os cursos deveriam seguir o princípio de transformação da mentalidade agrícola. No que se refere às disciplinas ministradas nesses cursos intensivos, encontramos evidências de matérias que contemplavam conhecimentos de domínio agrícola e pecuário, a saber: “Agronomia Geral e Especial – Zootécnica Geral e Especial – Horticultura Geral e Especial – Avicultura Pomicultura – Combate às doenças e pragas das plantas cultivadas – Tecnologia – Jardinocultura – Palestras sobre organização e finalidades dos Clubes Agrícolas”, como é possível averiguar na mensagem do governador José Rollemberg Leite (Sergipe, 1950: 54).

As disciplinas de Noções de higiene rural, Indústrias rurais cadeiras, Instituições complementares à escola, Administração escolar, Noções de higiene e veterinária, Noções de agricultura, Noções de pozicultura e horticultura, Criação de animais domésticos também compunham o currículos de tais cursos. Os professores que ministravam essas disciplinas no estado de Sergipe eram considerados os melhores docentes no ramo, a saber: o técnico agrícola José Ribeiro Filho, Emmanuel Franco, considerado no estado como o cientista da agricultura, entre outros, a exemplo de José Menezes de Oliveira, Elze Silva Dantas, Júlio de Oliveira, além do próprio Acrísio Cruz. A Figura 3 registrou professoras em aulas teóricas de Zootecnia, indicado pelos apontamentos no quadro-negro, sob o olhar atento de Acrísio Cruz:

**Figura 3** – Professoras rurais em aula teórica sob o olhar atento de Acrísio Cruz, sentado no canto direito



Fonte: ESTADO DE SERGIPE. Relatório do Curso de formação de professores rurais (1950).



A fotografia nos mostra alguns momentos dos cursos de professores rurais. Talvez esta tenha sido uma das mais importantes estratégias do governo sobre os escolares nesse período. Parafraseando Weschenfelder (2007), tais investimentos foram estruturando possibilidades de ação sobre os outros, no caso de alunos e familiares, e sobre o professor em si mesmo, ou seja, a conduta docente foi sendo orientada, guiada por práticas discursivas que definiam aos poucos um campo de ação, um currículo para a educação rural. Dentre esses investimentos, vale ressaltar o curso intensivo ministrado<sup>4</sup> pelo professor estrangeiro Robert King Hall, realizado no Instituto de Educação Rui Barbosa com 55 professoras rurais em janeiro de 1950.

4. Não encontramos nas narrativas dos(as) professores(as) referências da participação no curso ministrado por Robert King Hall.

O curso contou com a presença de diversos políticos e educadores da capital e do interior. Segundo o governador do estado, José Rollemberg Leite, o curso teve caráter informal e discutia temas da educação brasileira e, sobretudo, os problemas do ensino rural. Entre os temas, sobressaíram-se:

I – Integração da Escola Primária na Comunidade Rural. II – Elaboração do Programa para Escola Primária na Comunidade Rural. III – Formação de Professores para a Escola Rural. IV – O Professor da Escola Primária Rural e os nossos processos de desenvolvimento econômico. (Sergipe, 1951: 75)

Segundo a mensagem de governador:

II – Curso King Hall

Iniciado em 10-6-950 e com uma duração, de apenas, 8 dias, esse Curso foi de muita eficiência não só para a formação pedagógica do professor rural como para a preparação de orientadores do ensino do mesmo tipo.

Foi dirigido e ministrado pelo eminente professor da Universidade de Colúmbia, Robert King Hall.

O Curso teve caráter informal. O programa de trabalho foi desdobrado em 3 partes: a) apresentação do tema do dia pelo Prof. King Hall; b) discussões do tema pelos diferentes grupos em que se dividia a turma, discussões essas sem formalidade, em estilo de mesa redonda, em que todos os componentes tomavam parte ativa nos debates; c) apresentação das conclusões pelos relatores. (Sergipe, 1951: 74)

O educador estadunidense foi convidado para ministrar o curso no estado de Sergipe. Tal convite, proposto pelo diretor do Inep, Murilo Braga, surgiu pelo fato deste ser o estado que, na época, tinha o maior número de escolas rurais em construção no país, financiadas pelo governo federal em associação com o governo estadual. Segundo Cunha (2015: 17): "... o objetivo do curso era apresentar aos alunos palestras sobre as modernas técnicas de ensino que estavam sendo aplicadas na educação rural". O curso se mostrava inovador, uma vez que adotava um método de diálogo tipo "mesa redonda", o que proporcionava a interação ativa dos alunos nos debates dos temas, que giravam em torno da educação rural e suas implicações sociais, culturais, técnicas e educacionais.

No entanto, Alves (2008) nos alerta sobre a resistência de educadores e intelectuais brasileiros no tocante à aceitação do curso ministrado por Robert King Hall, uma vez que esta proposta trazia um modelo de escola, bem como referências bibliográficas quase exclusivamente norte-americanas. Outra crítica que recaiu sobre ele, foi o uso da língua estrangeira ao ministrar o curso, pois com isso dificultava o diálogo entre ele e os professores brasileiros.

Foi em um clima de suposto entusiasmo que se empreendeu tal projeto de provimento de instrumental agrícola e de distribuição de mudas e sementes nas escolas rurais. Nas palavras de Robert King Hall: “... boas sementes, métodos modernos e um certo orgulho, acompanhado de cuidado, resultaram em plantações, hortas e jardins excelentes, já imitados por alguns pais de alunos” (Hall, 1950: 23). No entanto, a implantação de tal mudança não se realizou da forma como foi idealizada, conforme narrou a professora Josefa de Andrade Fontes, da Escola Rural Botequim, município de Santa Luzia Itanhy, centro sul sergipano:

... eu estudei cursos que tinha esse negócio de horta. Tinha de tudo quanto era de plantação. Esse foi em Lagarto, mas não recebi o certificado. O curso foi três meses. Lá também não tinha casa própria não. Era em uma escola grande, aproveitava que estava parada de férias. Eles davam uma bolsa de estudo, de curso. A gente passava os três meses lá. Tinha de tudo lá, comia, dormia. [...] As professoras vinham de Aracaju. Tinha oito professoras, cada uma, era uma coisa. Fazia as leiras de couve, tomate, manjerição, alface. Agora quando a gente saiu do curso ela deu um saquinho da semente para a gente plantar em casa. Nós plantamos em casa, nós teve verdura. Misericórdia! Plantei tudo onde eu morava. Fazia onde eu morava, era grande, tudo cercadinho. Eu não levei para a escola, plantei tudo onde eu morava. [...] Os alunos não, eles só faziam estudar. Os pais dos alunos não queriam. Levava os alunos para apreciar como se fazia as leiras, como era que plantava, mas não queriam. (Fontes, 2015)

Nesse sentido, ensinar aos alunos tendo em mãos enxadas e sementes não foi um processo fácil e tranqüilo, uma vez que o trabalho com a terra era visto como uma atividade menor e vazia de sentido. A professora Etemízia Ramos Batista Andrade narrou sobre a resistência e menosprezo de pais de alunos e alunos com o cultivo de pequenas hortas na Escola Rural Bica dos Pintos, município São Cristóvão, território da Grande Aracaju, entre os anos de 1949 e 1950:

... quando construíram a escola rural, eu fui fazer o curso de educação rural, três meses durante as férias. Eu tive um aprendizado agrícola. Não lembro o local que eu fiz o curso, nem o nome do professor. Agora acontece que na escola rural, tinha que ensinar os alunos a plantar e os pais não gostavam. Lá nós plantávamos. Aprendia como fazer, levantar aquelas leiras. Aquelas covas para plantar. Depois quando era o plantio, tinha que fazer a repicagem. Fazer o transplante. Não queriam isso. Quando eu vinha ensinar, [reproduz o diálogo entre ela e os alunos] eles diziam – “trabalhar de enxada?” – “que jeito meu filho! Aqui é uma escola rural”. Eu ensinava, mas ninguém gostava. Plantava ainda repolho, cenoura, coentro, couve. (Andrade, 2013)

A narrativa trazida pela professora Etemízia Ramos Batista Andrade nos faz tencionar os discursos: de um lado o discurso entusiástico de José Rollemberg Leite, Acrísio Cruz e Robert King Hall e, do outro, a resistência vivida no interior das escolas. Para continuar tencionando esses discursos, ouvimos o técnico agrícola José Ribeiro Filho quando narrou sobre as dificuldades em transformar a mentalidade arcaica da população rural: “[...] modificar a mentalidade do agricultor é difícil... porque ele se estruturava naquela prática de trabalho e vai criando conceitos e suas experiências, então, ele não aceita mudanças.” (Ribeiro Filho apud Barreto, 2006: 184-185). Ainda segundo o técnico agrícola: “... então queríamos um modelo novo, implantar com as crianças um projeto técnico, para que as crianças fossem influenciando no meio deles... levando aqueles conhecimentos, aquelas práticas nossas.” (Ribeiro Filho apud Barreto, 2006: 184-185). E continuou narrando...

... olha, o estágio da sociedade era tão pequeno que as professoras, muitas delas... Uma vez uma professora me revelou que um pai de um aluno havia estado na escola para pedir o dinheiro da mão de obra do filho na escola. O que ele estava fazendo na horta, o trabalho era aprendizagem; ele achava que aquilo era para ser remunerado. E ele levava hortaliças para casa, levava sementes, e fazia hortinhas em casa, quer dizer: isso era um trabalho de muita continuidade para que chegasse àquele objetivo da mudança, de mentalidade deles, eles próprios... que isso viria naturalmente com o desenvolvimento, sobretudo o problema fundiário que ainda hoje não foi resolvido. [...] O que era apurado financeiramente se revertia em um caixinha da escola e as hortaliças eram distribuídas também pelos alunos que também levavam para suas casas e o que sobrava era para fazer parte da caixinha da escola. (Ribeiro Filho apud Barreto, 2006: 186)

Nunes Mendonça, em uma das suas viagens pelo interior do estado, em busca de melhor compreender as formas de resistências de transformação da mentalidade agrícola, por parte dos professores e da comunidade rural, trouxe as seguintes impressões:

... entre as escolas rurais que visitamos, figuram a de um povoado, nas cercanias da Capital.

Causou-se boa impressão, de início, a sua horta bem cuidada. Mas soubemos, logo depois, que aquilo era fruto exclusivo do trabalho do esposo da professora, que não tem outra ocupação: limitar-se a plantar e colher em benefício próprio.

Os alunos não têm participação nos trabalhos agrícolas e a aprendizagem não se realiza em conexão com as atividades do meio.

Tivemos a segunda decepção ao verificar precariedade das condições materiais e sanitárias, e a falta de aparelhamento didático da escola. E desencantou-nos, deveras, a qualidade do ensino: mera alfabetização pelos velhos processos, efetuada por uma professora mal preparada e completamente desassistida. Nenhuma atividade extra-classe. Nenhuma atividade ligada à avicultura, à apicultura ou às indústrias rurais. Nenhuma instituição escolar. Nenhuma ligação com a comunidade, que não sente o reflexo da atuação da escola. Divórcio completo entre a escola, a vida e o meio. Manifesta inoperância educativa. (Mendonça, 1958: 1952-153)

A escola chegava com novas concepções de educação, moralidade, higiene, trabalho, entre outros, muitas vezes conflitantes com os hábitos da população. Por isso os ruralistas enfatizavam a necessidade de um ensino adequado ao meio no qual a escola estava inserida. Contudo, segundo Moraes (2014: 91), "... esse ensino não poderia reproduzir o empiricismo ou o senso comum, pois essa forma de lidar com os trabalhos agrícolas já era dominada pelas populações do campo". O problema da mentalidade da população rural se refletia na forma como a escola e seus conteúdos eram vistos. Nunes Mendonça, com a intenção de relatar a visão que a comunidade escolar tinha da escola e dos seus saberes, fez uma sondagem com os pais de alunos. Com este propósito Mendonça (1958), junto com sua equipe, entrevistou<sup>5</sup> 249 pais de alunos, professores e alunos em cinco municípios sergipanos. O Quadro 1 é fruto da pesquisa realizada por ele e mostra os níveis de interesse por determinadas disciplinas escolares:

5. Os pais foram sorteados pelos registros da matrícula das unidades de ensino, escolhidas por sorteio e assim distribuídas: três na Capital (uma estadual, uma municipal e uma particular) e duas (uma situada na área urbana e uma na área rural) em cada um dos municípios selecionados. A este respeito, ver Mendonça (1958).

**Quadro 1** – Repostas obtidas por Nunes Mendonça (1958)

<b>Matérias do currículo da escola elementar a disciplinas que poderiam ser incluídas no mesmo</b>	<b>Importante</b>	<b>Pouco importante</b>	<b>Inúteis</b>
Leitura	245	3	1
Escrita	243	5	1
Aritmética	239	6	4
Higiene	217	26	6
Trabalhos domésticos	202	38	9
Ciências Naturais	179	52	18
Trabalhos com ferramentas	173	51	25
Geografia	168	57	24
História	139	91	19
Desenho	131	52	66
Religião	127	94	28
Trabalhos Manuais	121	81	47
Horticultura	95	82	72
Educação Física	83	72	94
Canto e Música	51	48	150
Jardinagem	48	82	119
Apreciação Artística	38	68	143

Fonte: Mendonça, 1958, p. 121.

O quadro nos indica que as disciplinas relacionadas ao tripé de saberes (ler, escrever e contar) foram consideradas pelos pais de alunos enquanto importantes, em detrimento das disciplinas destinadas a formar nos alunos o apreço pelo trabalho com a terra, a exemplo de Horticultura e Jardinagem. Para Nunes Mendonça, tal realidade se deve aos seguintes motivos: "... a indiferença ao cultivo da terra, e até mesmo o preconceito sobre a agricultura, provavelmente justificam a relativa pouca importância atribuída à horticultura. Não se implantou ainda no povo uma mentalidade capaz de compreender que ocupações ativas." (Mendonça, 1958: 122). A mentalidade do povo sergipano em relação à escola primária trafegava na contramão do que preconizava o Decreto-lei nº 1.058, de 31 de agosto de 1946, elaborado nos moldes da Lei Orgânica Federal do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8.529, de 2 de fevereiro de 1946). Tendo em vista que um dos objetivos do ensino primário era propiciar a iniciação intelectual e cultural dos alunos, para além da tríade: ler, escrever e contar.

## Conclusões

Acreditamos que compreender as iniciativas de formação da mentalidade agrícola, através de cursos de formação de professores rurais no estado de Sergipe, no arco temporal que compreende 1947 – 1951 pelos interstícios abertos através dos documentos oficiais e narrativas de seus(as) antigos(as) professores(as) proporcionaram um encontro do leitor com diversas pessoas e cotidianos, para além de apreender as especificidades que constituem as memórias e os documentos.

Olhando para as concepções apresentadas, nos deparamos com um denominador comum, a dificuldade em transformar a mentalidade da população rural. As idéias e iniciativas para criação da mentalidade agrícola, sobretudo pela formação de professores rurais, se esbarraram nas permanências e resistências que estiveram relacionadas à forma como os sujeitos escolares recepcionaram das proposições ditadas oficialmente, uma vez que houve tensões entre as normas impositivas do Estado e a ação dos sujeitos, mediadas pelas condições de um e de outro dentro do processo de renovação escolar. Com isso, em todo processo de inovação existem ressonâncias do passado. Neste sentido, se estabeleceu uma tensão permanente entre o que os intelectuais, educadores e políticos esperam da população rural e o que a população espera de si mesma e da própria escola, isso nos indica que a comunidade rural pensa e age de acordo com sua própria lógica e experiências vividas.



## REFERÊNCIAS

- » Alberti, V. (2012). De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. *História oral*, vol. 15, Nº 2, pp. 159-166, jul./dez.
- » Alves, N. (2008). O tempo em escolas rurais do Distrito Federal. Mignot, A.C.V & Fernandes, R. (Org.). *O tempo na escola*. Porto: Profedições, 2008. pp. 191-217.
- » Cunha, A.M. (2015). Notas iniciais sobre Robert King Hall e as missões culturais norte-americanas no Brasil (1940 – 1950). *Boletim Historiar*, Nº 10, jul. /ago. 2015, pp. 13-19.
- » Barreto, L.A. (2006). *Acrísio Cruz antologia*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura.
- » Magalhães Junior, A.G. & Farias, I.M.S. (2007). Ruralismo, memória e práticas educativas no cotidiano da primeira Escola Normal Rural do Brasil: A Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte/CE (1934-1946). Werle, F.O.C. (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí/RS: Unijuí.
- » Miguel, M.E.B. (2007). As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná 1946-1961. Werle, F.O.C. (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí/RS: Unijuí.
- » Monarcha, C. (2007). Cânon da reflexão ruralista do Brasil: Sud Mennucci. Werle, Flávia Obino Corrêa (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí/RS: Unijuí.
- » Moraes, A.I.D. (2014). *Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933 – 1968)*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Marília: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência.
- » Nery, A.C.B. & Stanislavski, C.F. (2011) A civilização no meio rural: o livro de leitura como instrumento modernizador. *Revista Educação*, Porto Alegre, Nº 15, p. 100-126.
- » Paim, E.A. (2005). *Memórias e experiências do fazer-se professor*. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- » Silva, R.R.N. (2016). *Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no estado de Sergipe (1947-1951)*. 2016, 200f. Dissertação (Mestrado em Educação). Aracaju: Universidade Tiradentes.
- » Souza, R.F. (2015). História dos professores rurais no Brasil: formação e profissionalização (1930-1970). *Congresso Brasileiro de Historia da Educação. Matrizes interpretativas e internacionalização. Anais...* Maringá.
- » Thompson, E.P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 528, 3 v.
- » Werle, F.O.C. (2007). Escola Normal Rural do Rio Grande do Sul: contexto e funcionamento. Werle, F.O.C. (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí/RS: Unijuí.
- » Weschenfelder, N.V. (2007). A docência e as instituições escolares: pautas das políticas culturais para educação rural. Werle, F.O.C. (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí/RS: Unijuí.

## FONTES DOCUMENTAIS

- » Estado de Sergipe (1950). *Relatório do Curso de formação de professores rurais*.
- » Hall, R.K. (1950) Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil. *Revista brasileira de Estudos Pedagógicos*. Inep: Rio de Janeiro, janeiro-abril.
- » Mendonça, J.A.N. (1958). *A educação em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina Ltda.
- » Mennucci, S. (1934). *A crise brasileira de educação*. São Paulo: Piratininga, 1934. En línea: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sudeducacao.html>>. Acesso em: 23 jan.
- » Sergipe. (1948). *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe*. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação.
- » – (1949). *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe*. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação.
- » – (1950). *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1950, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe*. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação.
- » – (1951). *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe*. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação.
- » Silva, I.A. (1948). *Relatório do Curso de formação de professores rurais*.

## FONTES ORAIS

- » Andrade, E.R.B. (2013). *Relato oral sobre sua história de vida*. São Cristóvão, 22 fev.
- » Fontes, J.A. (2015). *Relato oral sobre sua história de vida*. Santa Luzia Itanhy, 15 out.

### **Ilka Miglio de Mesquita**

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes – (PPED-Unit, Brasil). Líder do Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI). E-mail: [ilkamiglio@gmail.com](mailto:ilkamiglio@gmail.com).

### **Rony Rei do Nascimento Silva**

Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus Marília – São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes (Unit), Aracaju – Sergipe. Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus Marília - São Paulo. Graduado em Serviço Social pela Universidade Tiradentes (Unit), Aracaju – Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI, Brasil). E-mail: [ronysocial@hotmail.com](mailto:ronysocial@hotmail.com).

